

Quarta-feira

Teresina, 10 de junho de 2015



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VIDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp
(86) 8121-9514

Não esqueça de se identificar.

Pedro Alcântara

Jornalista

pedrotamancopi@gmail.com

NOTAS & NÓTULAS

* Já estão circulando os convites para a posse do novo conselheiro do TCE, Kleber Eulálio. Dia 15, às 10h, no auditório da própria corte.

Em Tempo

Da equipe

emtempodp@hotmail.com

Foto: Divulgação



Artistas

Neuma Café (*foto*), prefeita de Pedro II, dispensou licitação para contratar equipamentos de som para o Festival de Inverno deste ano. Foram aplicados R\$ 1,065 milhão. Segundo ela, a realização de shows representa serviço de natureza especializada. Ah, sim.

Foto: Divulgação



Cantores

O cantor Frejat (*foto*) levou nada menos que R\$ 340 mil. Para Ana Carolina, foram pagos R\$ 374 mil. Enquanto isso, Jorge Ben Jor recebeu R\$ 350 mil pela participação no espetáculo. O TCE-PI considera que os valores são muito elevados.

Curtas

O TCE-PI aprovou com ressalvas as prestações de contas do governador Wilson Martins relativas ao exercício financeiro de 2011.

Prefeitura gasta R\$ 1 milhão com cachês de três artistas

Relatório do TCE aponta irregularidades na contratação de artistas nacionais para Festival de Inverno.

MUSSOLINE GUEDES
EDITOR-EXECUTIVO

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) está apurando denúncia de irregularidades na contratação dos cantores Frejat, Ana Carolina e Jorge Ben Jor pela prefeitura de Pedro II (250 quilômetros ao norte de Teresina), para apresentação no Festival de Inverno. Os três artistas teriam sido contratados sem licitação por R\$ 1 milhão e 65 mil, para uma apresentação, cada. O Festival de Inverno ocorreu no município entre o feriado de quinta-feira e o domingo passado.

Ana Carolina se apresentou no festival na quinta-feira, feriado de Corpus Christi. Segundo dados levantados pelo TCE, a artista foi contratada por R\$ 374.231,89 para a apresentação. Frejat e Jorge Ben Jor, que se apresentaram sexta e sábado, teriam sido contratados por R\$ 340.622,11 e R\$ 350.584,40, respectivamente. A denúncia de irregularidades na contratação foi levada ao TCE-PI pela empresa L. F. Gomes Martins, que tem nome de fantasia de Nota Musical.

A empresa informou que foi contratada em 2014 para a alocação de som, iluminação, palco, geradores, camarins e segurança, mas este ano a Prefeitura de Pedro II estaria contratando estes serviços sem licitação. O relatório de análise técnica da I Divisão de Fiscalização da Administração Municipal (IDFAM), encaminhado ao relator do processo, Olavo Rebelo, aponta que a Prefeitura de Pedro II "incorreu em falhas no exercício 2015, referentes a contratações irregulares e au-



APRESENTAÇÃO de Frejat no Festival de Inverno de Pedro II: denúncia de contratações irregulares sob investigação

sência de publicações, bem como possivelmente em contratação antieconômica, com sobrepreço e descumprimento das normas de transparência determinadas por esta Corte".

Diz o documento que "resta caracterizada, portanto, a contratação irregular sem licitação, com violação ao art. 37, XXI, da Constituição Federal, arts. 2º e 25 da Lei nº 8.666/93".

No documento, o TCE-PI informa que fez pesquisa e apurou que Ana Carolina cobrou R\$ 256.800,00 por duas apresentações em Campo Grande e Corumbá, no Mato Grosso do Sul, em 2013, perfazendo o valor de R\$ 128.400,00 por cada show.

Frejat, por sua vez, teria recebido R\$ 90 mil em 2014 por uma apresentação em Ipatinga (MG). "Não se ignora que o

valor de um show depende de inúmeros fatores, como datas disponíveis, porte do evento, época do ano, etc. Porém, é de causar bastante estranheza a diferença para com os valores das contratações em análise (...), chegando a ser até 400% maiores", diz o relatório, assinado pelos assessores jurídicos Daniel Douglas Scabra Leite e Elbert Silva Luz Alvarenga.

Prefeita admite contratações sem licitação

O relatório da IDFAM recomenda ao relator que requisite à Prefeitura de Pedro II cópias dos autos dos procedimentos administrativos de inexibibilidade de licitação e de "todos os outros atos e procedimentos a eles diretamente relacionados, tais como eventuais pagamentos já liberados quando da notificação". Sugerem ainda que o TCE oficie as prefeituras de Ipatinga, Campo Grande e Corumbá, para que informem ao tribunal se realmente existiram as contratações de Frejat e Ana Carolina, bem como os valores e as condições em que foram realizados.

A prefeita Neuma Café (PT) admite no relatório da IDFAM que as contratações dos cantores e da organização e produção executiva foram feitas sem licitação. Segundo ela, os artistas exigiram especificações muito técnicas de equipamentos de som, luz e outros, bem superiores às exigidas pelos contratados em 2014, que

somente seriam supridas por eles próprios. Assim, foram incluídos nos contratos, além do cachê dos artistas, o custo também dos equipamentos.

O relatório da IDFAM é datado de 1º de junho, apenas cinco dias antes do início do Festival de Inverno. Os técnicos do TCE explicam que, apesar de detectarem as irregularidades nas contratações, não seria razoável determinar a suspensão dos contratos porque "a adoção de tal protocolo às vésperas da realização do festival implicaria (...) praticamente no cancelamento deste, o que teria um impacto social bastante gravoso".

Realizado desde 2004, o Festival de Inverno de Pedro II é um dos maiores eventos de música e cultura do Piauí. Todos os anos leva milhares de turistas à cidade e já teve apresentação dos principais cantores da MPB e de alguns artistas internacionais. (MG)

Foto: Divulgação

Relatório da Sefaz prevê mais dificuldades para o Estado

Foto: Divulgação Ascom Sefaz

Rafael Fonteles
apresentou ontem na
Assembleia Legislativa o
relatório de gestão do
primeiro quadrimestre.

LUCIANO COELHO
REPÓRTER DE POLÍTICA

O Secretário de Fazenda do Estado, Rafael Fonteles, afirmou ontem à Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa que o Piauí se encontra em crise financeira e prevê uma piora para o próximo semestre por falta de recursos e redução no repasse de receitas. O secretário apresentou o relatório de gestão do primeiro quadrimestre e fez uma avaliação das metas fiscais.

Rafael Fonteles informou que, no geral, os números são positivos, mas o Governo trabalha com as projeções de reajustes e aumentos vegetativos da folha de pagamento. Ele disse que houve quedas nos repasses do FPE (Fundo de Participação dos Municípios), que ainda não foram compensadas pelas receitas próprias. "O poder público não está aqui para ter lucro, está para investir em obras. Tem que gastar, mas sem deteriorar os lucros. A LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) veio para dizer até que ponto podemos gastar em investimentos", frisou.

"Muita coisa vai acontecer ao longo deste mês. Nós estamos esperançosos em ter uma boa recuperação em cré-



SECRETÁRIO Rafael Fonteles faz explanação dos números das receitas estaduais no primeiro quadrimestre

dito de ICMS e com o refinanciamento. Esperamos também que, com a negociação com as categorias, estender esses prazos de reajustes, para que nós tenhamos condições financeiras de honrar com os compromissos e não correr o risco de atrasar a folha e nem o 13º salário", afirmou Rafael Fonteles. De acordo com os dados do relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais, as receitas correntes líquidas tiveram uma evolução de 7,14%, quando comparadas ao mesmo período de 2014.

A Receita Tributária teve um incremento de 12,40% em relação ao ano passado. As transferências recebidas da União tiveram um incremento

de 6,15% e corresponde hoje a 58,34% da Receita Total Arrecadada, o que ainda mostra uma grande dependência do Estado com a União. A receita de capital prevê cerca de R\$ 1 bilhão a receber. "Estivemos prestando contas ao Legislativo, conforme determina a LRF. O Governo tem que cumprir metas como gastos com saúde e educação que tem limites constitucionais. Advertimos que temos dificuldades, e este ano é crítico. Estamos plantando, fazendo o dever de casa, para podermos colher futuramente. Estamos tentando melhorar a relação receita despesas, para podermos ter investimentos, que é o que importa para a popula-

ção", frisou o secretário.

Rafael ainda reclamou de perdas acumuladas no Fundeb, dizendo que o Estado paga mais de R\$ 1,2 bilhão e recebe cerca de R\$ 600 mil. "A distribuição dos recursos do fundo ocorre com base no número de alunos da educação básica pública, de acordo com dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos matriculados", explicou. Somente em 2015, o Estado teve de contribuir com R\$ 404 mil para suprir as despesas em educação. Ainda participaram da reunião na CCJ os deputados estaduais Cícero Magalhães, João de Deus, João Mádisson, Severo Eulálio, Robert Rios e Lizíê Coelho.

Deputado diz que Estado tem folga de 127 milhões

O deputado estadual Robert Rios questionou que o Governo tem uma margem de 2 pontos percentuais para chegar no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas se nega a negociar com as categorias em greve, como os policiais civis. Segundo Robert Rios, o estado consome hoje o equivalente a 44,59% das receitas correntes liquidas com o pagamento de servidores, quando poderia chegar até a 46,55%, segundo prevê a LRF.

Os 2,02 pontos percentuais de folga, segundo o deputado,

dariam R\$ 127 milhões. De acordo com o parlamentar, cada ponto desses representa R\$ 62 milhões. "Recebi hoje um ofício do Tribunal de Contas, solicitado por mim e pelo deputado Marden Menezes (PSDB), explicando que o limite prudencial da LRF é de 49% da receita corrente liquida. O Estado está gastando o equivalente a 44,59%. E o limite prudencial é atingido com 46,65%. Então, só esta diferença daria para pagar os policiais e aponta que o governo não diz a verdade", adiantou o deputado. (LC)

Problema é falta de dinheiro, diz secretário

O secretário de Fazenda, Rafael Fonteles, comentou que os dados sobre os percentuais de gastos com pessoal, de acordo com a LRF, são projeções de crescimento da folha de pagamento do Estado. "Realmente, não estamos infringindo a LRF, mas estamos prevendo os gastos futuros, em reajustes e no crescimento vegetativo da folha. Ainda tem as dívidas a pagar e o custeio, não sobra praticamente nada para o tesouro", informou.

Rafael Fonteles disse que o deputado Robert está correto em dizer que o Estado não chegou ao limite prudencial. "Mas se os reajustes forem concedidos integralmente, e com o FPE

baixo, vamos ultrapassar este limite. E estamos tomando medidas para evitar isso", adiantou. O secretário afirmou que o problema do Estado, neste momento, não é o cumprimento da LRF, mas a falta de dinheiro. "É o fluxo financeiro que não está tendo. O problema é a falta de dinheiro mesmo. E se descumprirmos a LRF, vai travar as operações de crédito. Não queremos travar as operações de crédito, porque aí acaba tudo", acrescentou.

Segundo Rafael, o Fundo de Participação do Estado tem sido abaixo da estimativa do Tesouro Nacional. E as receitas próprias, apesar de terem crescido, não tem volume para compensar as perdas dos valores. (LC)

→ **Quarta-feira**

TERESINA | ANO XX
10 08 2015 | Nº 8356

meionorte.com

FECHAMENTO

22h00
CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,50
OUTROS ESTADOS R\$ 3,00

DÓLAR

Compra Venda
Comercial 3,099 3,101
Turismo 3,080 3,270

VALORES

Poupança 0,65%
INSS 20%
IR 15%

EURO

Compra Venda
3,491 3,496

TEMPO

Nascente 5h56
Pôrto 17h46
Máxima 33º
Mínima 23º



meionorte

criticasesugestoes@meionorte.com

TERESINA (PI), CAPITAL DO MEIO-NORTE DO BRASIL

OPINIÃO

DA REDAÇÃO

AJUSTE DE CONTAS

● As receitas correntes líquidas do Piauí totalizaram, neste primeiro quadrimestre de 2015, R\$ 2,349 bilhões e cresceram 6,70% em relação a igual período de 2014. Poderiam ser bons números, se não estivessem abaixo da inflação registrada no país, que foi de 7,5%. As despesas correntes líquidas do período compreendem uma redução de 4,80%, mas os gastos com pessoal cresceram 12,61%. Isso representa crise. Os números foram apresentados ontem, em relatório, pelo secretário de Estado da Fazenda, Rafael Fonteles, durante audiência pública na Assembleia Legislativa do Piauí, atendendo requerimento do deputado estadual petista João de Deus. Os demonstrativos de avaliação do cumprimento das metas fiscais, determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mostraram uma redução de despesas do Governo do Estado em -4,80% nos primeiros quatro meses do ano. Ou seja, na prática a gestão está fazendo sua parte para reduzir os gastos com a máquina pública para tentar garantir o equilíbrio do Estado. O que falta mesmo é mais cuidado com os gastos com pessoal, sob a ameaça do Estado ser reduzido a função de pagador da folha de servidores no Piauí.

CPF NA NOTA

● Aposta do Executivo no incremento da arrecadação, o secretário de Fazenda, Rafael Fonteles, indicou que a implementação do programa CPF na Nota não deve passar deste mês. "Vamos implementar neste mês, provavelmente dia 29 de junho vamos inaugurar em uma solenidade e colocando disponível para todos os estabelecimentos essa possibilidade", afirmou. A ação se junta ao Refis no plano de recuperação fiscal, orquestrado na busca pelo equilíbrio financeiro.

→ **Prestação de contas**

Presidente anunciou ontem um pacote de concessões e investimentos em infraestrutura estimado em R\$ 198,4 bilhões. Plano beneficiará 20 Estados e 130 municípios do País

Fonteles aposta em operações de crédito para minimizar crise

FRANCY TEIXEIRA
DE POLÍTICA & JUSTIÇA

➔ O secretário estadual de Fazenda, Rafael Fonteles, apresentou na manhã de ontem, na Assembleia Legislativa, a prestação de contas referente ao primeiro quadrimestre da atual gestão indicando para a aplicação dos recursos e as receitas constatadas no período. No detalhamento do balançete, o gestor ressaltou que a situação do Estado ainda é difícil, indicando para a necessidade do diálogo com as categorias, de modo que o Piauí não descumpra o limite prudencial para gastos com pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

"O próximo quadrimestre é o pior, pois há uma queda tradicional das receitas, então consequentemente é o pior momento esse que nós estamos enfrentando e espero eu que seja o final desse poço que estamos atravessando para que a gente possa já no finalzinho do ano sentir uma melhora para colher os frutos no próximo ano, que vai ser difícil, mas certamente melhor que este", disse.

O programa de recupera-



BALANÇO | Secretário apresentou números do 1º quadrimestre

➔ **Recursos**

Refis e o CPF na Nota também são apostas do Executivo na melhoria da arrecadação para os próximos meses

ção fiscal Refis e o CPF na Nota continuam sendo as grandes apostas do Executivo na melhoria da arrecadação para os próximos meses, contudo, Fonteles indicou as operações de crédito como o principal diferencial para o equilíbrio financeiro e a retomada dos investimentos no Piauí.

"Como prazo do Refis vai

até dia 30 de junho, a gente espera atingir aquela meta de mais de R\$ 100 milhões negociados e a campanha do CPF na Nota, além disso temos que destravar as operações de crédito, principalmente as referentes ao PAC 2, voltadas às obras e a do Banco Mundial, que pode ajudar com as contas", assumiu.

De acordo com o secretário essa é a principal bandeira a ser perseguida em Brasília nos próximos meses. "Essa é a nossa grande luta, estamos esperançosos que o destravamento vai nos ajudar a ter uma boa recuperação", concluiu.